

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 13 de janeiro de 2025 às 07h56*  
*Seleção de Notícias*

## Blog Coluna Capital - O Globo Online | BR

Marco regulatório | INPI

<b>Petrobras bate seu novo recorde de patentes .....</b>	<b>3</b>
<small>RENNAN SETTI</small>	

## Jota Info | BR

Arbitragem e Mediação

<b>Arbitragem expedita e mediação: as principais mudanças do novo regulamento da CBMA .....</b>	<b>4</b>
<small>CAROLINA UNZELTE</small>	

## Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais

<b>Zuckerberg permitiu que a Meta violasse direitos autorais para treinar suas IAs, acusa processo .....</b>	<b>7</b>
<small>JOAO PEDRO ADANIA</small>	

## Estadão.com.br - Últimas Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

<b>Manual orienta produtores sobre registro de Indicação Geográfica .....</b>	<b>8</b>
<small>AUTOR</small>	

## Folha.com | BR

Pirataria

<b>Justiça mantém suspensão de música de Adele acusada de plágio por Toninho Geraes .....</b>	<b>11</b>
<small>LARA PAIVA</small>	

## Petrobras bate seu novo recorde de patentes



genharia, Tecnologia e Inovação da Petrobras, Renata Baruzzi.

Segundo ela, cerca de metade dos depósitos tem origem no Centro de Pesquisas Desenvolvimento e Inovação (Cenpes) da Petrobras. A empresa também vem trabalhando com parceiros - como startups - no desenvolvimento de tecnologia. Em cinco anos, o programa Petrobras Conexões para Inovação firmou dezenas de contratos com startups e pequenas empresas inovadoras.

A Petrobras registrou 178 patentes no **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**) em 2024, seu quarto recorde anual consecutivo (em 2023, foram 142; há quatro anos, 119).

As patentes depositadas em 2024 estão relacionadas a temas como biocombustíveis, desenvolvimento sustentável, exploração e produção de petróleo, gás e energia renováveis. Ao todo, a estatal calcula deter 1.300 patentes ativas, o maior número entre depositantes nacionais, incluindo empresas e universidades.

Diretamente relacionado à produção de patentes, o orçamento de pesquisa e desenvolvimento do Plano de Negócios para os próximos cinco anos é o maior até hoje. São US\$ 4,2 bilhões em projetos, uma alta de 17% em relação ao plano anterior.

- O crescente investimento em PD&I, seletivo na escolha de tecnologias de alto impacto, visa fortalecer a empresa e otimizar os ativos atuais, além da produção de óleo, gás e combustíveis do futuro e novos negócios de baixo carbono - diz a diretora de En-

## Arbitragem expedita e mediação: as principais mudanças do novo regulamento da CBMA



O Centro de Brasileiro de **Mediação e Arbitragem** (CBMA) divulgou regulamento de **arbitragem** atualizado, que passou a valer na semana passada, em 2 de janeiro. As novidades, que incluem a introdução de possibilidades como **arbitragem** expedita e a atuação de árbitros de emergência, prometem trazer mais celeridade aos processos e aproximar as práticas de normas internacionais, em meio ao fôlego de crescimento do mercado no Brasil e com câmaras de olho em disputas internacionais. O regulamento anterior tinha sido publicado em 2013, e o novo está disponível aqui.

A nova **arbitragem** expedita, por exemplo, prevê um procedimento simplificado para disputas de menor valor econômico, com limite de R\$ 3 milhões. Com prazos reduzidos e uma decisão esperada em até seis meses, o modelo visa democratizar o acesso à **arbitragem**, especialmente para pequenas e médias empresas. Atualmente, a tendência observada nas principais câmaras arbitrais do país sugere que a maioria dos procedimentos envolve disputas de valores significativamente superiores. Por exemplo, a Câmara de **Arbitragem** do Mercado (CAM) registrou, em 2020, uma média de R\$ 393,7 milhões por procedimento.

No entanto, a prática expedita tem conquistado espaço no Brasil, segundo dados da pesquisa

**Arbitragem** em Números, realizada pela professora Selma Ferreira Lemes. Em 2021, foram processadas 33 arbitragens pelo rito expedito, enquanto em 2022 foram 21 casos, com tempo médio de 6,5 meses. No ano passado, foram reportados 25 casos administrados por cinco câmaras. O valor total das disputas envolvidas foi superior a R\$ 29 milhões, e a duração média desses procedimentos foi de 5,5 meses. As matérias abrangidas incluem questões trabalhistas, empresariais, contratos de franquia, afretamento e pagamento de royalties.

"Uma grande sacada que a CBMA teve no caso da **arbitragem** expedita é o uso de um árbitro só, ao invés de um painel de 3", diz Marcos Fioravanti, sócio da área de Contencioso & **Arbitragem** do Vieira Rezende Advogados. "Você dá celeridade ao procedimento, ele é mais barato. Outro trunfo é o questionário para o árbitro, uma das perguntas é sobre a disponibilidade de tempo, o que garante que ele possa lidar com o processo."

Outra inovação que visa a aceleração dos processos foi a criação da figura do Árbitro de Emergência. Esse árbitro pode decidir medidas cautelares ou preparatórias antes mesmo da constituição do tribunal arbitral, em situações urgentes, como a proteção de ativos ou a suspensão de ações prejudiciais. Embora seja uma ferramenta útil, sua aplicação prática pode enfrentar desafios, especialmente em arbitragens internacionais, onde a execução de decisões provisórias depende de colaboração entre sistemas jurídicos.

No Brasil, a adoção desse mecanismo é recente. Em 2021, foram registrados 9 procedimentos envolvendo árbitros de emergência no país, segundo o Anuário da **Arbitragem** no Brasil, publicado pelo CESA (Centro de Estudos das Sociedades de Advogados). Dois anos depois, o Centro de **Arbitragem** e **Mediação** da Câmara de Comércio

Continuação: Arbitragem expedita e mediação: as principais mudanças do novo regulamento da CBMA

Brasil-Canadá (CAM-CCBC) administrou 3 procedimentos de árbitros de emergência. Internacionalmente, diversas instituições arbitrais já incorporaram o árbitro de emergência: por exemplo, a Câmara de Comércio Internacional (CCI) prevê esse mecanismo desde 2012, e a Corte Internacional de **Arbitragem** de Londres (LCIA) o adotou em 2014.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

Com a rapidez como um dos grandes atrativos da **arbitragem**, há também a necessidade de equilíbrio com o cuidado e tecnicidade do processo, especialmente em casos mais complexos, que garanta a credibilidade e aceitação da sentença arbitral. "Tentamos encurtar os prazos naquilo que é possível, mas não em tudo, a adaptabilidade é a beleza do processo", diz Antônio Siqueira, vice-presidente da CBMA. "Câmaras e árbitros devem olhar para essa rapidez, mas sempre preservando o processo justo, o direito ao contraditório", diz Fioravanti, do Vieira Rezende Advogados.

## Transparência

Além de alterações que priorizam a celeridade, outras trouxeram enfoque à transparência. Por exemplo, com a exigência de revelação de financiadores externos. As partes agora devem informar sobre financiamentos de terceiros, e as partes devem declarar a identidade do financiador e os termos do acordo. Essa medida visa garantir que os árbitros possam avaliar potenciais situações de parcialidade, protegendo a integridade do processo.

Outra mudança relevante é o fortalecimento das regras sobre confidencialidade e proteção de informações sensíveis, um ponto do processo arbitral que geralmente levanta a resistência de agentes econômicos. O regulamento agora permite que o tribunal arbitral adote medidas específicas para pro-

teger segredos comerciais e dados confidenciais. Além de preservar os interesses econômicos das partes, essa regra também contribui para a transparência ao estabelecer limites claros sobre o que pode ou não ser divulgado, evitando acusações de uso indevido de informações. Essa transparência estruturada promove maior confiança entre os participantes, ao mesmo tempo em que reduz o risco de litígios paralelos sobre a gestão de informações.

Além disso, a previsão de possibilidade de integrar partes adicionais ao procedimento arbitral antes da constituição do tribunal também garante que todos os envolvidos relevantes sejam formalmente incluídos no procedimento, evitando decisões que possam ser questionadas por falta de participação de partes interessadas. A integração deve ser justificada e aprovada pelo tribunal arbitral, que analisará critérios como a conexão jurídica entre os envolvidos. Por outro lado, a providência pode complicar a fase inicial do procedimento, especialmente se houver resistência à inclusão de novas partes.

## Consensualidade

O novo regulamento do CBMA também busca promover a **mediação** como uma alternativa ou complemento à **arbitragem**. Uma das principais inovações é a inclusão das chamadas "janelas de **mediação**", períodos específicos dentro do cronograma arbitral destinados à tentativa de negociação entre as partes. A medida é particularmente eficaz em casos onde o relacionamento comercial entre as partes é valioso e pode ser preservado por meio de um acordo amigável.

Outra medida que demonstra o incentivo à **mediação** é a possibilidade de suspensão temporária da **arbitragem** enquanto as partes buscam uma solução consensual. Nesse cenário, a **arbitragem** é pausada, e um mediador é nomeado para conduzir as negociações. Caso as partes cheguem a um acordo, o procedimento arbitral pode ser encerrado ou adaptado para refletir o pacto. Essa abordagem reduz cus-

Continuação: Arbitragem expedita e mediação: as principais mudanças do novo regulamento da CBMA

tos e prazos, ao evitar que questões consensuais sejam tratadas judicialmente. Apesar dos benefícios, há um risco de que a suspensão prorrogue a duração total do procedimento, caso as negociações não sejam bem-sucedidas.

Além disso, o regulamento incentiva os árbitros a atuarem como facilitadores no encaminhamento das partes à **mediação**. Embora os árbitros não conduzam diretamente as negociações, eles podem propor a **mediação** como um mecanismo eficaz para resolver questões específicas ou até mesmo o conflito como um todo. Essa prática reflete a crescente integração entre **mediação** e **arbitragem**, alinhando-se a uma tendência global de métodos híbridos de resolução de disputas.

## Desafios

À medida que a **arbitragem** ganha popularidade para resoluções de conflitos no Brasil, os desafios em torno dos procedimentos se tornam mais evidentes também, diz Ricardo Gama, sócio da área de Resolução de Conflitos do Veirano Advogados. "É um mercado que existe há pouco mais de 20 anos no Brasil, e que cresceu de fato nos últimos 10, 15", diz. "Agora vemos os problemas a serem enfrentados. Há menção à litigância predatória na nova regulação,

por exemplo", completa. No novo regulamento, a introdução de penalidades para condutas protelatórias representa um esforço para evitar atrasos nos procedimentos. Os árbitros agora têm maior liberdade para impor sanções a comportamentos que comprometam a eficiência do processo.

Segundo Siqueira, do CMA, as perícias ainda constituem um dos gargalos para as arbitragens. Com a nova regulamentação, agora, o tribunal arbitral tem a prerrogativa de definir os critérios para a nomeação de peritos, incluindo o prazo para entrega dos laudos e as instruções sobre os quesitos a serem respondidos. As partes também podem propor quesitos ao perito e apresentar contraprovas, para trazer equilíbrio ao processo.

"A dificuldade de números de peritos, por exemplo, para atender à demanda é um ponto brasileiro, assim como a litigância extremamente agressiva também é extremamente tupiniquim", diz Siqueira. "Olhamos sempre as boas práticas de fora, mas temos de olhar atentamente para o que está acontecendo aqui, são problemas particulares."

## Zuckerberg permitiu que a Meta violasse direitos autorais para treinar suas IAs, acusa processo

Documentos do Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o distrito da Carolina do Norte indicam que executivo autorizou o uso de uma coleção de obras literárias e acadêmicas da LibGen no treinamento dos modelos Llama; empresa alega estar protegida pela doutrina do "uso justo"

Alvo de um processo por violar **direitos** autorais, a Meta usou material pirata no treinamento de seu modelo de inteligência artificial (IA), a Llama. Advogados de acusação alegam que o próprio CEO Mark Zuckerberg deu sinal verde à equipe por trás do uso indevido de conteúdo, segundo o site TechCrunch. A empresa diz estar protegida pela "doutrina do uso justo", na qual permite a utilização desse material com a premissa de criar de algo novo.

Nessa disputa conhecida como Kandrey vs Meta, estão envolvidos nomes como a comediante e roteirista do The Sarah Silverman Program, Sarah Silverman e o escritor do Entre o Mundo e Eu (2015), Ta-Nehisi Coates. Documentos apresentados ao Tribunal Distrital dos Estados Unidos ao distrito da Carolina do Norte revelam que Zuckerberg liberou a utilização de um conjunto de material literário e acadêmico da LibGen para treinar os modelos Llama.

O problema é que a LibGen, por sua vez, não tem direito sobre nenhuma das obras disponíveis. Em defesa, a plataforma se descreve como um "agregador de links". Ou seja: ela não hospeda o conteúdo, mas fornece links que direcionam os usuários para locais onde os arquivos podem ser baixados.

No meio dos conteúdos piratas, há obras das editoras

de livros didáticos Cengage Learning, Macmillan Learning, McGraw Hill, and Pearson Education.

A LibGen também frequenta os tribunais com frequência - multas que somam mais algumas dezenas de milhões de dólares já foram aplicadas e seu fechamento já foi determinado pela Justiça dos EUA. Tudo por causa de infrações de **direitos** autorais. E aqui um detalhe: o processo revela que a Meta usou Torrent (um protocolo de compartilhamento de arquivos sem um servidor central) para acessar a biblioteca digital, o que configura uma segunda violação de direitos.

De acordo com a acusação, funcionários da gigante alertaram que o LibGen era "um conjunto de dados que sabemos ser pirata", no entanto Mark Zuckerberg deixou explícito a intenção de usar os dados no treinamento da IA.

A ação pedia um julgamento com júri e só foi protocolada depois de meses de negociações mal-sucedidas entre representantes dos setores de tecnologia e comunicação. Criadores de série Game of Thrones também processaram a empresa de Sam Altman. Em 2023, George RR Martin e John Grisham alegam que os **direitos** autorais delas foram violados para treinar o modelo de IA da companhia.

De forma semelhante, uma ação judicial também movida por Sarah Silverman, além de uma carta aberta assinada pelos autores Margaret Atwood e Philip Pullman, em julho daquele ano. Na ocasião, eles pediam às empresas de IA compensação financeira pelo uso de seus materiais.



## Manual orienta produtores sobre registro de Indicação Geográfica



A obtenção do reconhecimento pode contribuir para a agregação de valor e aumento da competitividade de produtos agrícolas locais  
 Tudo sobre AgroSP

A obtenção do reconhecimento pode contribuir para a agregação de valor e aumento da competitividade de produtos agrícolas locais

Plantação de laranja no interior de São Paulo. Foto: Adobe Stock



A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) lançou um manual para orientar produtores rurais sobre os procedimentos necessários para a obtenção do registro de **Indicação Geográfica (IG)**. A certificação atesta que uma determinada região reúne condições favoráveis, sejam naturais ou culturais, para produzir um bem específico. Para isso, são avaliadas características como tipo de solo, vegetação, aspectos climáticos e know-how - domínio do conhecimento sobre a cultura produtiva da região.



Batata-doce de Presidente Prudente recebe certificação de Indicação Geográfica

O reconhecimento de IG é feito pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**INPI**), que tem competência para fazer a análise da documentação exigida. No final de dezembro, por exemplo, a Secretaria de Agricultura avaliou, por meio da resolução SAA nº 62, que a produção de batata-doce da região de Presidente Prudente está apta à certificação. A medida pode aumentar o valor pago aos agricultores entre 20% e 50%. Agora, o processo segue para o **INPI**,

para análise final e reconhecimento oficial.

Como iniciar o pedido?



Continuação:  
Manual orienta produtores sobre registro de Indicação Geográfica



*Estímulo à produção de jatobá transforma economia do oeste paulista*



*Brucelose: fêmeas de três a oito meses devem ser vacinadas até 30 de junho*



*Canaviais paulistas impulsionam pulverização com uso de Inteligência Artificial*

O manual Orientativo para Emissão de Documentos Relacionados à Indicação

Geográfica (IG) foi desenvolvido pela assessoria técnica do gabinete da

Secretaria de Agricultura e lista todos os documentos necessários para entrar

com o pedido de certificação, como modelos de despacho e atestados de

conformidade. O documento também destaca a necessidade de os produtores apresentarem a definição da área geográfica que pretendem registrar e a descrição de características que

tornam o produto ou serviço único, como importância histórica, cultural e

econômica.

"Produtos com **Indicação** Geográfica são mais valorizados no mercado, já que

são considerados únicos, e isso deve ser incentivado para gerar negócios e

renda aos produtores paulistas", afirma Guilherme Piai, secretário de

Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

O Governo do Estado recomenda que os produtores que acreditam atender

aos requisitos solicitados procurem a secretaria para receber orientações antes

Continuação:  
Manual orienta produtores sobre registro de Indicação Geográfica

que o pedido seja submetido ao **INPI**, o que amplia as chances de aprovação.

O manual na íntegra pode ser acessado clicando aqui.

Siga o no Google News

## Justiça mantém suspensão de música de Adele acusada de plágio por Toninho Geraes



OUTRO LADO: Sony Music não comentou andamento do caso; Universal, cantora e produtor não se manifestaram

São Paulo

A Justiça do Rio de Janeiro manteve a liminar que mandou suspender a reprodução e comercialização, no Brasil e no exterior, da música de Adele acusada de ter plagiado "Mulheres", de Toninho Geraes.

A decisão foi expedida na manhã desta sexta-feira (10), e, com isso, a defesa da cantora será intimada novamente e cobrada a multa de R\$ 50 mil por ato de descumprimento. Ou seja, a multa não é diária nem vale por cada reprodução, mas é contada a partir de cada canal onde a faixa segue disponível - por exemplo, Adele já descumpra a ordem duas vezes ao manter a faixa nos seus dois canais oficiais no YouTube.

Adele no Brit Awards, em fevereiro de 2022

-

A determinação deve ser acatada pelas plataformas digitais, que deverão retirar a música imediatamente  
abpi.empauta.com

de seus catálogos. A medida, no entanto, só tem validade após os serviços serem notificados oficialmente, em um prazo que a decisão judicial não deixa claro.

O juiz Antônio da Rocha Lourenço Neto também indeferiu o pedido da representante de Adele no Brasil, Universal Music, que solicitava um depósito de R\$ 1 milhão como caução. Segundo o selo, o pedido era uma maneira de evitar prejuízos caso a ação fosse indeferida.

Procuradas, a Sony Music e a Universal, gravadores que representam a britânica no Brasil, não se manifestaram.

"O juiz levou em conta o argumento que Toninho é parte hipossuficiente, ou seja, vulnerável economicamente diante da contraparte, e que o pedido feito pela Universal visava, indiretamente, tornar inócua a decisão liminar de antecipação de tutela", afirmou o advogado de Geraes, Fredímio Biasotto Trotta.

Ele lembra que "Million Years Ago" devia ter sido retirada das plataformas digitais a partir do momento em que a cantora foi citada.

Uma audiência havia sido marcada para promover a conciliação entre os artistas em dezembro do ano passado, mas a representação legal da cantora e do produtor da faixa, Greg Kurstin, apresentou uma procuração com indícios de **falsificação**.

Geraes então protocolou uma queixa-crime, pedindo um inquérito para apurar a questão com uma perícia. Se a procuração for comprovada como falsa, os réus podem ser acusados de crimes como falsidade do-

Continuação:  
Justiça mantém suspensão de música de Adele acusada de plágio por Toninho Geraes

cumental e ideológica, uso de documento falso e fraude processual.

Segundo a queixa-crime, a procuração teria sido raturada à mão, não possuía tradução juramentada e misturava termos em inglês e português. Além disso, o local de assinatura (São Paulo) seria falso, já que a cantora nunca veio ao Brasil, e a rubrica de Adele difere graficamente de referências disponíveis na internet.

"O juiz determinou, na decisão de hoje (10), que o Cartório certifique sobre a tempestividade do in-

cidente de falsidade, despacho que faz parte da rotina deste tipo de incidente", diz Trotta. Os réus então serão intimados e será nomeado um perito documentoscópico e grafotécnico.

Na audiência em dezembro, a defesa não apresentou uma proposta de acordo. A cantora britânica não admitiu o suposto plágio e não reconheceria a coautoria de Geraes, que a processou em fevereiro do ano passado.

## Índice remissivo de assuntos

**Marco regulatório | INPI**  
3, 8

**Arbitragem e Mediação**  
4

**Direitos Autorais**  
7

**Denominação de Origem**  
8

**Pirataria**  
11